

# POR UM CONCELHO ECOLÓGICO E SOLIDÁRIO

 @livrentacores

JOSÉ AZEVEDO  
Câmara Municipal



AUTÁRQUICAS 2017  
PONTA DELGADA

## PROGRAMA ELEITORAL

### ENQUADRAMENTO

Vivemos hoje num contexto global de crise profunda. No plano ambiental assiste-se ao esgotamento dos recursos vivos e minerais e a manifestações cada vez mais claras e destrutivas do aquecimento global. O painel de cientistas convocado pelas Nações Unidas avisa que a menos que se inicie até 2020 a redução das emissões de gases com efeito de estufa a humanidade perderá a janela de oportunidade para evitar a catástrofe climática. Em termos sociais a desigualdade atinge níveis sem precedentes quer a nível internacional quer no interior de cada sociedade, com a grande maioria das pessoas a viverem em condições que chocam com os princípios da dignidade humana. Tudo isto se passa num contexto de conflitos à escala planetária que tem como causa principal a luta pelo acesso aos recursos naturais.

Esta crise global manifesta-se nos Açores, embora atenuada pela pequena dimensão, pela distância e pelo contexto político. No entanto podemos ver no Concelho de Ponta Delgada as suas manifestações, quer no impacto das atividades económicas sobre o ambiente (de que são exemplos a eutrofização e a erosão causadas pela agricultura intensiva, o esgotamento dos recursos pesqueiros ou a degradação das zonas protegidas pelo crescimento do turismo) quer na pobreza que afeta uma grande parte da população. Mesmo a recente expansão da procura turística regional não é alheia à insegurança que se vive no plano externo.

A razão profunda desta crise é a prioridade política atribuída à economia capitalista sobre todas as outras esferas da ação humana e sobre o próprio modo de funcionamento do planeta. No modelo capitalista assume-se como ideal ligar o controlo da produção de bens e serviços ao lucro privado, através de contratos estabelecidos num mercado livre no qual os agentes



procuram maximizar o seu interesse particular. Não sendo possível negar a eficiência deste sistema no plano tecnológico, os seus impactos ambientais e sociais são evidentes. Apesar disso, as escolhas políticas (sobretudo desde a crise de 2008) vão no sentido da extensão deste modelo a um número crescente de áreas. Degradam-se assim os mecanismos, necessariamente coletivos, de estabelecimento de limites ecológicos e sociais e de acoplamento do motor económico aos objetivos de justiça social e igualdade de oportunidades.

O poder local tem, neste contexto, um papel decisivo, pela proximidade às pessoas e ao território. É essa a base do trabalho feito nas últimas décadas no âmbito da rede ICLEI (Local Governments for Sustainability) e materializado em documentos estratégicos: a Carta de Aalborg (1994) e respetivos Compromissos (2004) apela a um compromisso com os princípios do desenvolvimento sustentável, reconhecendo a necessidade de basear o nível de vida das populações na capacidade de carga da natureza, implementado estratégias participadas para assegurar padrões sustentáveis de uso dos recursos naturais num contexto de equidade social; mais recentemente, a Declaração Basca (2016) salienta a importância decisiva do poder local na descarbonização dos sistemas de energia, na criação de padrões sustentáveis de mobilidade urbana, na proteção e melhoria da biodiversidade e dos serviços ecossistémicos, na redução do uso de terras verdes e espaço natural, na proteção dos recursos hídricos e da qualidade do ar, na promoção da adaptação às mudanças climáticas, em melhorar o espaço público, proporcionar habitação adequada, garantir a inclusão social e fortalecer as economias locais.

Em paralelo a estas iniciativas provenientes do poder autárquico, comunidades de todo o mundo empenham-se diretamente em contribuir, à escala local, para a mudança necessária para atingir uma sociedade justa e resiliente. O Movimento Transição é um dos muitos exemplos de redes que procuram inspirar essas iniciativas, dando-lhes contexto e suporte.

O Município de Ponta Delgada é um dos subscritores da Carta de Aalborg, tendo mesmo chegado a publicar em 2009 a sua Agenda 21 Local, um documento estratégico de gestão para a sustentabilidade que estabelece metas a alcançar nas vertentes da proteção do ambiente, desenvolvimento sócio-económico e coesão social. Para ser sustentável, o ritmo de extração de um recurso renovável, ou de um impacto negativo sobre o meio natural, não pode exceder o ritmo natural de reposição desse recurso ou a capacidade de absorção e processamento desse impacto. A sustentabilidade ambiental implica manter padrões de qualidade do ar, do solo e da água a níveis suficientes para manter indefinidamente a vida e o bem estar humanos.

A sustentabilidade ambiental é portanto um requisito para a sustentabilidade económica e para a equidade, as quais são necessárias para a justiça social. Os benefícios de políticas públicas baseadas na sustentabilidade sentem-se sobretudo ao nível local, numa atividade económica estável e inclusiva que assegura a qualidade de vida das populações. Infelizmente, o município não assumiu nesta área o papel dinamizador previsto na sua própria Agenda 21. Até agora venceu o conceito neoliberal de um desenvolvimento baseado no crescimento económico, no investimento externo e no aumento da competitividade das exportações, mesmo perante o cenário de pobreza ou insegurança económica sentido por um número crescente de pessoas, a manifesta degradação dos habitats, e o esgotamento dos recursos naturais.

A Câmara Municipal precisa de uma voz que lembre que é possível outro mundo, mas que para o atingir é necessário um poder local forte e interventivo na defesa da qualidade de vida de todos os cidadãos. Ponta Delgada precisa de uma voz que aproxime as pessoas do poder, tornando-o transparente e inclusivo. Uma presença do LIVRE na Câmara Municipal é essencial para preparar Ponta Delgada para os grandes desafios ecológicos e sociais do presente.



## PRINCÍPIOS

O LIVRE é um partido assente nos quatro pilares das liberdades e direitos cívicos; da igualdade e da justiça social; do aprofundamento da democracia em Portugal e da construção de uma democracia europeia; e da ecologia, sustentabilidade e respeito pelo meio ambiente.

Na elaboração do Programa da candidatura do LIVRE à Câmara Municipal de Ponta Delgada tomaram-se como base os princípios do partido:

**Universalismo.** dos direitos humanos, e do acesso às provisões públicas na saúde, na educação, e na segurança social.

**Liberdade,** como autonomia pessoal, realização de potencial humano e desenvolvimento coletivo.

**Igualdade** perante a lei, igualdade de oportunidades, mas também equidade na distribuição de recursos e equalização progressiva de possibilidades e condições de vida.

**Solidariedade,** ou fraternidade, com o objetivo da correção das injustiças económicas e sociais.

**Socialismo,** no sentido de recusa da mercantilização das pessoas, do trabalho e da natureza, e no sentido de que seja conferida ao estado a garantia de aplicação dos princípios de universalidade, liberdade e igualdade de oportunidades.

**Ecologia** política, incluindo a promoção de uma cultura de sustentabilidade, respeito pela natureza, razoabilidade na utilização de recursos, e prolongamento do bem-estar natural para as gerações futuras.

**Europeísmo,** como experiência de expansão da soberania, criação de uma democracia transnacional, desenvolvimento do direito internacional e defesa dos direitos humanos.

## VISÃO

A concretização destes princípios traduziu-se na seguinte visão:

No final do mandato terão sido dados passos significativos para tornar Ponta Delgada num concelho

- **progressista**, com uma população esclarecida e participante nos processos de tomada de decisão;
- **igualitário**, sem pobreza e onde todos tenham acesso à educação e à cultura;
- com uma **economia vibrante**, na qual uma combinação do euro com uma moeda complementar cria oportunidades para as empresas e os produtores locais;
- **solidário**, onde a autarquia e a comunidade trabalham em conjunto para corrigir as injustiças económicas e sociais;
- na linha da frente da **descarbonização**, apostando no reforço dos transportes coletivos e na mobilidade suave para devolver os centros populacionais aos peões e comprometido com a democratização da produção de energia;
- **ecológico**, sem incineradora e com uma política de Lixo Zero, verdadeiramente respeitadora da hierarquia da gestão de resíduos.



## LINHAS PROGRAMÁTICAS

Estruturámos o nosso programa eleitoral em torno de um conjunto limitado de temas que são ao mesmo tempo estruturais para o desenvolvimento sustentável do concelho e ilustrativos do que seriam as prioridades e, sobretudo, o modo de atuação do LIVRE na Câmara Municipal de Ponta Delgada.



### PARTICIPAÇÃO

O nível de abstenção no Concelho de Ponta Delgada nas eleições autárquicas de 2014 foi de 54%, o que é de si revelador de um problema de mobilização dos eleitores. Mais sério, porém, é o facto de que menos de metade dos que votaram escolheram o partido que hoje detém a maioria na Câmara Municipal. No nosso sistema de democracia representativa, tudo isto implica que a maioria das decisões sejam tomadas por vereadores escolhidos por apenas 22% dos eleitores inscritos, mesmo aquelas que dizem respeito a projetos estruturantes ou a documentos estratégicos.

Por outro lado existe uma deriva do poder autárquico para entidades associativas ou mesmo empresariais, que não é exclusiva de Ponta Delgada pois que tem a sua origem no plano internacional, mas que coloca os poderes delegados longe da supervisão democrática. A recente discussão em torno da incineradora ilustra bem os perigos desta deriva: o equipamento vai ser construído e explorado por uma empresa, controlada (por enquanto) por uma Associação de Municípios da qual a Câmara Municipal de Ponta Delgada é apenas um dos membros. Esta complicada engenharia é utilizada para justificar que uma decisão tão importante como a do destino final dos resíduos sólidos urbanos de São Miguel nos próximos 40 anos seja tomada a portas fechadas, sem sequer uma audição em sede da Assembleia Municipal.

### ***O LIVRE propõe reforçar o Orçamento Participativo***

Os orçamentos participativos são excelentes mecanismos de exercício dos valores democráticos, e constituem também uma fonte importante de informação para a autarquia sobre as necessidades dos munícipes. Depois de 4 edições, é altura de reforçar o Orçamento Participativo quer em verbas quer em procedimentos. Tendo como ideal a situação de todo o

orçamento de capital vir a ser decidido de forma participada, a percentagem dedicada ao Orçamento Participativo deve crescer anualmente. Paralelamente, devem ser reforçados também os mecanismos de apresentação de propostas e da respetiva seleção. É preciso criar mais espaços de diálogo para alcançar sinergias entre as ideias iniciais, e consensos sobre aquelas que irão ser aprovadas.

### *O LIVRE propõe mecanismos deliberativos para a tomada de decisão*

É preciso reforçar os mecanismos de transparência, tornando efetiva a comunicação com o cidadão. O público deve ser ativamente envolvido na ponderação sobre projetos relevantes para o concelho, os quais devem ser sempre analisados numa perspetiva de sustentabilidade. As decisões tomadas pelos órgãos autárquicos devem ser comunicadas em linguagem acessível.

O papel da Assembleia Municipal deve ser igualmente reforçado e complementado com instrumentos de democracia participativa, nos casos em que seja necessário obter consensos alargados em projetos estruturantes do concelho. Em particular, deve ser criado um mecanismo de democracia deliberativa, no qual um grupo representativo de cidadãos é escolhido para se pronunciar sobre um tema, devendo para o efeito ouvir os vários argumentos e ponderá-los. No final a decisão é tomada por consenso e não por votação.



### **HABITAÇÃO**

A habitação é um direito constitucional em cuja gestão as autarquias têm um papel destacado e no qual vão receber novas competências no âmbito do processo de descentralização em curso.

Neste domínio os principais problemas do concelho de Ponta Delgada prendem-se com o estado de conservação dos edifícios e com o desajustamento entre a oferta e a procura, recentemente agravado pela expansão do Alojamento Local e de ofertas para-legais de alojamento através de plataformas digitais.

É necessário avançar com um programa de recuperação do património edificado e de certificação energética que dignifique os centros urbanos, reduza a pegada ecológica dos edifícios, e dinamize o setor da construção civil.

É urgente uma intervenção autárquica que assegure aos residentes o direito a uma habitação adequada e digna, enquadrada num espaço coletivo promotor de vivências de cidadania.

Recusamos a tendência atual para a suburbanização, por reforçar as desigualdades sociais,



diminuir a qualidade de vida dos cidadãos, e penalizar o orçamento municipal e o ambiente com o aumento das necessidades de transporte.

### ***O LIVRE propõe favorecer a habitação permanente nos centros urbanos***

Este é um objetivo que depende de um conjunto de medidas entre as quais se incluem

- agravar o IMI em função do estado de degradação do prédio, assim como para prédios desocupados;
- um programa de enquadramento regulamentar para cooperativas de particulares que pretendam reabilitar imóveis devolutos;
- reformular o sistema de taxas para favorecer o aluguer de longa duração, alterando os incentivos fiscais ao alojamento local e enquadrando-o na lei dos condomínios;
- regulamentar a densidade da oferta de Alojamento Local em função da área da cidade e impedir a deriva empresarial deste mercado, que pressupõe uma relação direta entre o proprietário e o inquilino.
- regulamentar a oferta de alojamento nas plataformas digitais, controlando o número e tipologia de licenças de modo a assegurar as necessidades do mercado interno.

### ***O LIVRE propõe a criação de uma taxa turística***

O fluxo turístico impõe uma carga adicional sobre os serviços públicos e sobre os serviços dos ecossistemas a qual necessita de ser compensada, sendo também de encarar o interesse da reabilitação urbanística e paisagística para melhorar a qualidade do concelho enquanto destino turístico.

A taxa a aplicar deve ser variável, sendo maior para os estabelecimentos de preço mais elevado. Deve ser também de valor equivalente à de outras regiões europeias.



## **MOBILIDADE**

A principal característica da mobilidade nos Açores é o predomínio do transporte individual. Esta situação resultou de necessidades criadas pelo modelo de desenvolvimento regional aliadas à geografia e a decisões de ordenamento do território. O resultado foi que, atualmente, a maioria das pessoas vive afastada do local do emprego, do comércio e dos serviços de que necessita. Como a oferta de transportes coletivos é manifestamente insuficiente, a posse de um automóvel torna-se uma necessidade.



No entanto a situação atual é insustentável, por várias razões. No plano ecológico torna-se imperativo reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e a extração de recursos minerais. No plano económico a aquisição de viaturas individuais e do respetivo combustível constitui um peso opressivo no orçamento de muitas famílias e representa uma componente importante do desequilíbrio da balança de pagamentos regional. No plano social geram-se desigualdades graves, com um número crescente de pessoas a verem limitado o seu acesso a bens e serviços essenciais por não terem rendimento suficiente para adquirir e manter um automóvel.

Tornar sustentável a mobilidade passa, como estabelecido no Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da Região Autónoma dos Açores, pela transferência do transporte individual para o transporte público ou partilhado, e pelo incremento da mobilidade elétrica. Mas torna-se essencial reduzir também as próprias necessidades de mobilidade, descentralizando a oferta de bens e serviços.

### ***O LIVRE propõe uma rede flexível e eficaz de transportes coletivos elétricos***

É essencial um reforço significativo dos transportes coletivos, com percursos, equipamentos e horários que sirvam de facto os cidadãos, complementada com redes de transportes partilhados (como automóveis, motociclos ou bicicletas). Todos os novos veículos devem ser elétricos. À medida que vão sendo oferecidas alternativas de mobilidade coletiva, deverão ser implementadas ações que desincentivem o uso de viatura própria, como restrições à circulação e ao estacionamento.

### ***O LIVRE propõe o predomínio da mobilidade ativa nos centros urbanos***

O conceito de cidade sustentável implica a valorização do peão e da rua, em detrimento da estrada. É necessário portanto rever a circulação de peões nos centros urbanos de modo a estruturar uma rede de vias pedonais baseada em passeios, passadeiras, praças e espaços de lazer. Esta rede deve ter sinergias com a mobilidade ciclável, para a qual deve igualmente existir um plano de ação destinado a promover o uso de bicicletas em condições de comodidade e segurança, quer para atividades de lazer quer para utilização diária. Devem ser asseguradas condições de segurança para a circulação em bicicleta, reduzindo ou anulando a circulação automóvel, intervindo nos pisos e disponibilizando infraestruturas de estacionamento. À medida que as condições de circulação forem melhorando poderão ser implementados sistemas de bicicletas partilhadas.



## ECONOMIA LOCAL

Vivemos hoje sob os efeitos de uma economia globalizada, dominada pelos fluxos internacionais de produtos e de capital. Este modelo económico tem consequências importantes para uma Região periférica, como a concorrência comercial dos produtos vindos do exterior e o consequente desequilíbrio económico resultado do predomínio das importações sobre as exportações.

A resposta clássica a este problema tem sido a da aceitação da inevitabilidade deste modelo, com a aposta na especialização num conjunto limitado de áreas com suposta vantagem competitiva e que possam captar verbas do exterior. O exemplo mais claro desta aposta é o setor leiteiro, mas também o turismo é hoje visto nesta perspetiva.

O tempo já demonstrou claramente as consequências deste modelo económico: a dependência económica regional, o subdesenvolvimento dos sectores primário e secundário, com os correspondentes problemas sociais de quebra de rendimentos e desemprego, e o pesado impacto ambiental da intensificação da pecuária e, previsivelmente, do turismo.

O equilíbrio entre as vantagens da competição económica internacional e a necessidade de assegurar a qualidade de vida das populações locais pode ser conseguido intervindo na política monetária. Não há nenhuma razão para que, por exemplo, existam pessoas que têm capacidade de contribuir para a sociedade com o seu trabalho e empresas com dificuldades no escoamento dos seus produtos, e não se faça a ligação entre ambas por falta de dinheiro. Isto acontece porque o euro é uma mercadoria, vendido e comprado em mercados nos quais o próprio Estado português se tem que abastecer. A moeda europeia tornou-se assim um bem escasso, limitando as políticas públicas e o desenvolvimento regional.

### ***O LIVRE propõe a criação de uma moeda local***

Uma das funções do dinheiro é a de facilitar as trocas entre os agentes económicos. Se o euro não tem capacidade para cumprir esse papel ao nível local, é necessário criar uma moeda complementar que recupere a função de meio de troca, devolvendo a capacidade de intervenção às autarquias e a dignidade às pessoas.

Existem múltiplos exemplos de moedas complementares em funcionamento na Europa e no resto do mundo e todas têm uma característica comum: são moedas locais, com um âmbito geográfico claramente definido, dentro do qual desempenham o seu duplo papel de reduzir as desigualdades sociais e potenciar a produção e o comércio locais. As mais bem sucedidas são aquelas que são apoiadas pelas autarquias, como está a acontecer este ano em Barcelona.

### ***O LIVRE propõe um regulamento municipal de compras ecológicas***

O município de Ponta Delgada é um importante agente económico e como tal deve ser um exemplo de consciência social e preocupação ecológica. Nesse sentido, deve dispor de um regulamento que lhe permita reforçar a componente local das suas despesas, com argumentos de ordem ecológica e social. Seria assim possível, por exemplo, dar preferência a empresas de base cooperativa ou solidária, ou ao fornecimento de produtos produzidos localmente e portanto com uma menor pegada de carbono.



### **BIODIVERSIDADE**

A biodiversidade é a variabilidade característica do mundo vivo e resultante da respetiva interação com o mundo inanimado. As espécies animais e vegetais que vivem numa dada área, e os habitats que as acolhem são componentes da biodiversidade. Os serviços que os ecossistemas prestam à humanidade, sejam de cariz produtivo (como a pesca ou a agricultura) de suporte (como a purificação da água ou a regeneração da fertilidade dos solos) ou ainda de fruição (contemplação da paisagem, por exemplo), dependem da conservação da biodiversidade. E no entanto a biodiversidade está criticamente ameaçada à escala global, tendo-se já ultrapassado todos os limites considerados seguros para a estabilidade planetária. A nível regional, os esforços de delimitação de áreas protegidas e de regulação das atividades humanas tem sido também insuficiente para parar a degradação dos habitats ou para proteger eficazmente as espécies endémicas. A imagem de região respeitadora da natureza é cada vez mais enganadora, no sentido em que a paisagem é dominada por espécies invasoras, as lagoas estão eutrofizadas e as espécies endémicas ameaçadas. Esta situação afeta a qualidade de vida da população residente e condiciona o desenvolvimento de um turismo que busque valores naturais autênticos.

As autarquias têm competências crescentes na gestão da biodiversidade, exemplificadas nos seus poderes de delimitação de áreas de Reserva Ecológica e de Reserva Agrícola. Mas mesmo a nível urbano a intervenção da autarquia tem impacto nesta área, desde a gestão de resíduos e do saneamento básico até à criação e manutenção de espaços verdes.

### ***O LIVRE propõe uma Estratégia e Plano de Ação para a Biodiversidade***

O recentemente aprovado Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico de Ponta Delgada enfatiza a vantagem competitiva conferida pela riqueza da biodiversidade do concelho, mas é omissivo sobre o papel do município na respetiva gestão e conservação. Do mesmo modo, o



Plano Estratégico de Desenvolvimento 2014-2020 elenca fontes de financiamento disponíveis para proteger a biodiversidade e promover os serviços do ecossistema em Ponta Delgada, mas propõe como única linha de ação uma miserabilista ampliação e requalificação dos trilhos pedestres.

Nenhum desses documentos revela qualquer percepção do que seja a biodiversidade, do seu estado atual e das ameaças que sobre ela impendem. Uma paisagem verde com criptomérias, conteiras e hortênsias é um deserto de biodiversidade; os turistas mais esclarecidos sabem isso e procuram o que o concelho tem de genuíno. No entanto, expandir os trilhos pedestres (e as atividades de natureza em geral) sem considerar formas de monitorizar os respetivos impactos e sem prever financiamento para ações de conservação e reabilitação é uma receita para a degradação ambiental que acabará por erodir a vantagem competitiva inicial.

É necessário conhecer o estado da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas no concelho, desenhar para eles um plano de monitorização, e elencar medidas tendentes à sua conservação e reabilitação. Entre estas medidas figurarão certamente a contenção da expansão urbana para os espaços naturais e agrícolas, a remoção de plantas invasoras, a utilização de plantas nativas nos espaços sob gestão camarária ou o aumento da área de espaços verdes, incluindo a disponibilização de terrenos para hortas urbanas.



### RESÍDUOS

Lixo é tudo aquilo que já não tem utilidade e é deitado fora. As pessoas com mais de 50 anos lembrar-se-ão de uma sociedade onde as garrafas eram re-utilizadas, os casacos eram virados e as pessoas levavam os seus sacos ao mercado e à mercearia, onde quase tudo era vendido a granel. O que mudou desde então foi consequência de um modelo de desenvolvimento baseado na industrialização e no dogma do crescimento económico contínuo. A publicidade encarrega-se de nos fazer desejar coisas de que não necessitamos, e a indústria assegura-se de que os produtos têm um prazo de validade curto para que as linhas de produção não parem.

O resultado é um modelo de produção linear, baseado na extração de materiais, na produção dos bens de consumo e na sua distribuição. Após um período de uso, que pode ser de minutos, o produto já não tem utilidade. Foi consumido e tornou-se lixo.

Este modelo é claramente insustentável, a vários níveis: a humanidade está a destruir o planeta para obter recursos naturais que se estão a esgotar, os processos de fabrico utilizam produtos tóxicos que degradam a saúde pública, os circuitos de distribuição poluem a atmosfera e contribuem para o aquecimento global, e o lixo nos melhores cenários consome

recursos públicos para ser tratado, nos piores causa enormes impactos negativos na saúde das pessoas e dos ecossistemas.

Para lidar com os problemas causados pela sociedade de consumo é necessário aplicar a hierarquia de gestão de resíduos, que estabelece a necessidade de reduzir a produção de resíduos, reutilizar os produtos e reciclar os materiais no fim do ciclo de vida do produto. Na mesma linha surge a Estratégia da Economia Circular, promovida pela Comissão Europeia, que vê grandes oportunidades de negócio na reutilização e reciclagem.

### ***O LIVRE propõe Lixo Zero até 2030***

O problema do lixo é particularmente sério numa ilha, onde há pouco espaço para o colocar em aterros e é caro reexportá-lo para o continente. Ponta Delgada, em particular, apresenta indicadores superiores à média regional e nacional na produção de resíduos sólidos urbanos. A agravar a situação, optou-se nos Açores por um modelo de privatização da gestão dos resíduos que leva a valorizar a perspetiva de negócio acima das considerações ecológicas e sociais. É assim que surge a opção de construir no concelho de Ponta Delgada uma incineradora de grandes dimensões, projeto ao qual o LIVRE se opõe veementemente. Em alternativa, propõe-se uma estratégia ousada que leve o concelho a eliminar toda a produção de lixo até 2030. Isto significa que tudo o que é produzido (ou importado) deve ser reutilizado, reparado, compostado ou reciclado, e o que o não possa ser deve ser re-desenhado ou impedido de chegar ao mercado. Uma tal estratégia implicará medidas como o retorno da gestão dos resíduos para a alçada dos Serviços Municipalizados, a adoção de um sistema “pague-o-que-produzir” com recolha porta-a-porta para desincentivar a produção de resíduos indiferenciados, a mobilização dos cidadãos para a separação seletiva (incluindo compostores comunitários, já previstos na Agenda 21) e a potenciação de uma rede de empresas locais nas áreas da reutilização de embalagens e da reciclagem.